

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

13 DE ABRIL DE 2021

ACTA Nº 10

-----Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião, quando eram dez horas.-

-----A Câmara Municipal justificou a falta da senhora vereadora Érica Castanheira que não pôde estar presente por motivos pessoais e do senhor vereador Fernando Vale, que não pôde estar presente por motivos profissionais.------

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA



Senhora Ministra da Coesão, Professora Ana Abrunhosa, esteja presente nesta -----Dizer-vos ainda que temos vindo a colaborar com os serviços de Saúde no processo da vacinação, e para além da questão da logística, que temos a funcionar no edifício da antiga Cerâmica Arganilense, temos também recursos humanos que estão alocados a este processo, com duas colaboradoras que estão a tempo inteiro a dar apoio administrativo no processo da vacinação, com orientação do Centro de Saúde e mais quatro pessoas no apoio, nos dias de vacinação. É um esforço significativo que estamos a fazer, e é um esforço do município, é bom que se acrescente também o esforço que estão a fazer as Juntas de Freguesia e algumas IPSS e Misericórdias do concelho, nomeadamente no transporte dos seus utentes para o centro de vacinação, particularmente em relação às pessoas que não têm meios próprios nem condição financeira para se deslocarem autonomamente. É um processo que, pese embora esteja a decorrer no país, diria mesmo na Europa, com uma velocidade inferior àquela que todos gostariam, dentro daquilo que são as disponibilidades existentes, estamos também a dar a nossa colaboração ao Serviço Nacional de Saúde, para que possa cumprir tão rapidamente quanto possível este objectivo mundial.----------Também já tinha falado nisto em anteriores reuniões, o processo tinha sido num determinado momento, adiado por questões de agenda do Senhor Secretário de Estado, e refiro-me ao processo da co-gestão da Paisagem Protegida da Serra do Açor; este Protocolo será celebrado e assinado no próximo dia 16, próxima sextafeira, no Centro Interpretativo da Paisagem Protegida da Serra do Açor, em plena Mata da Margaraça e contaremos com a presença do Senhor Secretário de Estado das Florestas e do Ordenamento do Território.----------Dar-vos nota também que, no âmbito do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, que se assinala no próximo dia 18 de Abril, aproveitaremos para assinalar este dia com a inauguração de uma exposição junto aos Núcleos Arqueológico e Etnográfico, uma exposição designada de "Um Olhar sobre os Momentos do Acampamento Militar" e aproveitaremos para fazer a apresentação do projecto de Valorização do Acampamento Romano da Lomba do Canho, é um projecto em que estamos a trabalhar já ao nível de projecto de execução, no sentido de, até ao final do mês, submetermos uma nova candidatura para o seu financiamento. É mais um passo que estamos a dar, um passo importante, na valorização da nossa história, particularmente da história da Lomba do Canho.----------Quero também dar-lhes nota que foi com agrado que tivemos conhecimento que uma candidatura informal, pois o programa Bairros Sociais baseia-se muito nisso, é um programa nacional, que é liderado pela arquitecta Helena Roseta, mas que se dirige muito para grupos informais; abandonando um pouco a lógica das autarquias, a lógica das associações, o ponto de partida era mesmo a articulação e a contratualização de parcerias a nível local, com grupos informais. Nesse âmbito, foram submetidas várias candidaturas no concelho, sendo que aquela que foi melhor classificada e que terá financiamento, refere-se a uma intervenção de dinamização no designado "Bairro dos Pobres". Este é um programa que tem muito subjacente a melhoria das condições de saúde bem como de bem-estar e de qualidade de vida de espaços vulneráveis; aplica-se perfeitamente àquele caso, é um processo que tem



também uma intervenção forte da componente informal ligada à Fábrica da Igreja, dos grupos que são dinamizados no âmbito da Fábrica da Igreja de Arganil."-----------Pediu a palavra o senhor vereador **Rui Silva** para referir que "quero associar-me ao voto de pesar manifestado pelo Senhor Presidente; duas figuras que têm uma história importante na região e no país e que merecem todo o nosso respeito, a nossa resignação.----------Quero ainda retomar um apontamento que foi referido em tempos sobre a situação dos candeeiros da rua Dr. Fernando Vale, sobre os quais estávamos à espera de um Relatório; vou entregar este conjunto de fotos, acho que as fotos "falam por si", praticamente, está feito; perante mazelas e manifestações de destruição da estrutura, não há nada a fazer senão substituir os candeeiros, pois não há possibilidade de recuperação. Com estes temporais e este tempo incerto, e vento forte, pode a coisa agravar-se e por isso acho que devemos agir por antecipação, para podermos evitar esses efeitos. É tão grave a situação, os efeitos podem durar um ou dois meses, mas também pode ocorrer um acidente de um momento para o outro."--------O Senhor **Presidente** referiu que "em relação aos candeeiros na Rua Dr. Fernando Vale, pensava que o assunto estava encaminhado e resolvido; entretanto já mandei agora uma mensagem, se tiver alguma resposta durante a reunião, comunicarei, pois é uma situação anormal e não há nenhuma justificação para estar neste estado. Quero associar-me à sua preocupação. Para além da sua preocupação com a situação dos candeeiros, eu também manifesto a minha preocupação com a limpeza do espaço público que, a julgar pelo que se vê nesta fotografia, não seria a ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente apresento	u, de imediato, a seguinte Ordem de Trabalhos:
ORDEM DE TRABALHOS:	
Capítulo Primeiro - Diversos	5;
Capítulo Segundo - Expedier	nte;
	ndas

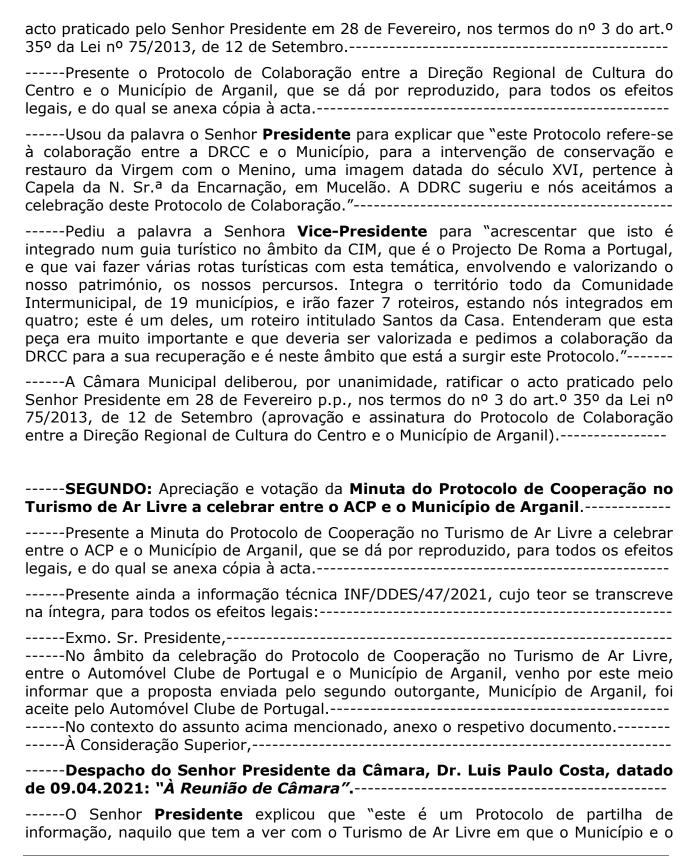
Capítulo Primeiro

Diversos

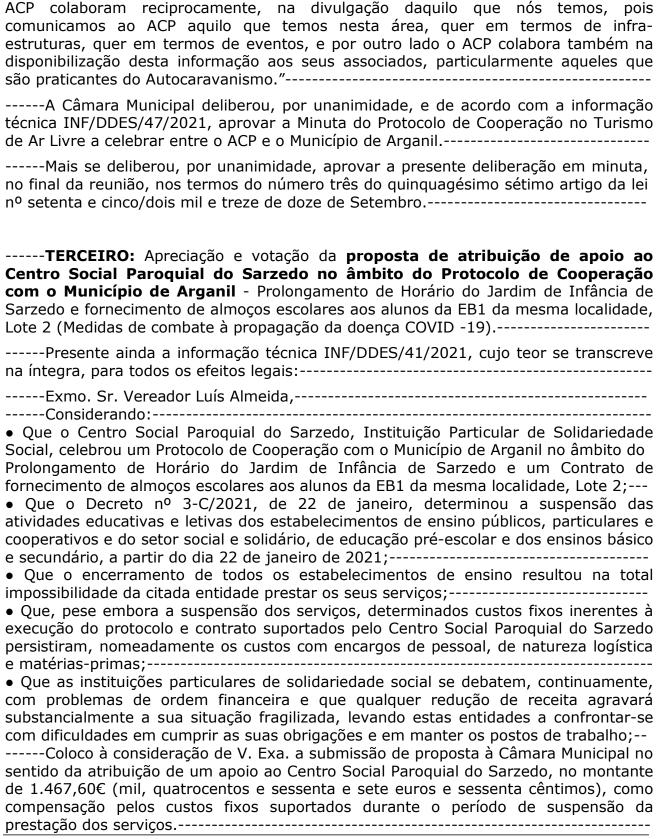
-----PRIMEIRO: Apreciação e votação do Protocolo de Colaboração entre a Direção Regional de Cultura do Centro e o Município de Arganil. Ratificação do



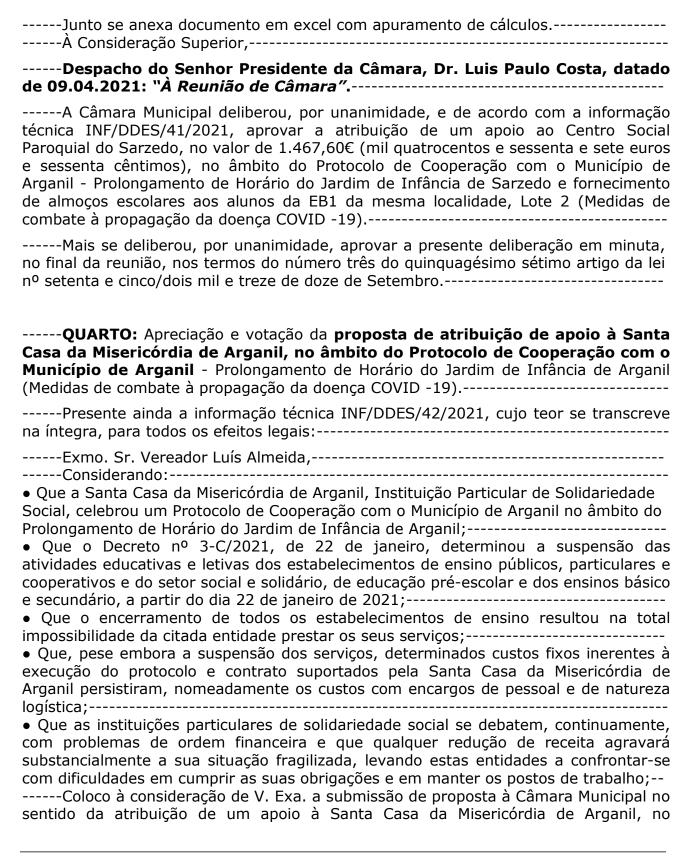




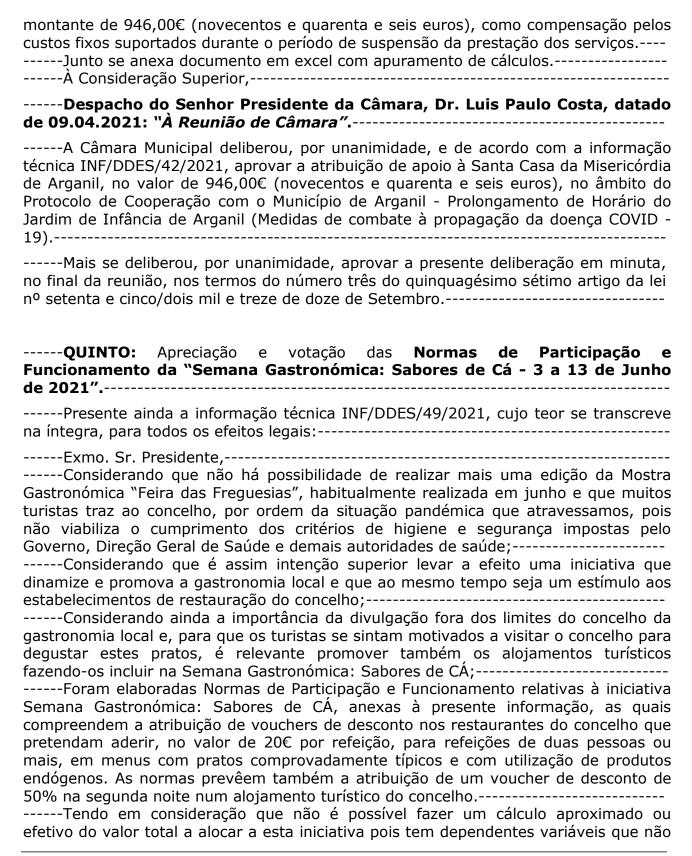














------Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luis Paulo Costa, datado de 09.04.2021: "À Reunião de Câmara".------

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** para referir que "isto é o sinal dos tempos, daqueles que são a consequência da pandemia; já no ano passado nos vimos impossibilitados de organizar um evento que tinha um impacto significativo no concelho, e refiro-me à Mostra Gastronómica da Feira das Freguesias. Este ano, do ponto de vista daquilo que são as condições existentes, será impossível organizar, mais uma vez, tal como no ano passado, em virtude da pandemia e das contingências que ela provoca nestas áreas, será impossível organizar a Feira das Freguesias, nos moldes habituais e aquilo que entendemos é que devemos aproveitar esta data, esta semana alargada, com alguns feriados em conjunto, de 3 a 13 de Junho, para dinamizarmos a gastronomia do nosso concelho. Esse é um dos objectivos que está subjacente a esta iniciativa e também, como é óbvio, com esta iniciativa, contribuirmos para a dinamização da restauração local, que sabemos que tem sido severamente fustigada pela pandemia; aliás, tem sido sistematicamente veiculada a realidade nacional desta área; há concelhos que têm um impacto muito grande, porque têm também uma oferta muito significativa na área da restauração e na área da hotelaria, no nosso caso, à nossa escala, também não deixamos de ter estabelecimentos com as suas dificuldades. Por um lado, o grande objectivo é dinamizar aquilo que é a gastronomia tradicional, a nossa oferta gastronómica que é mais histórica e por outro lado, esta questão da dinamização no sector da restauração. Vou dar agui uma informação muito resumida de como temos isto definido, admitindo que já tenham lido as regras aqui estabelecidas, mas há aqui uma alteração que pretendíamos introduzir e por isso é que chamo o assunto à coação. Para a área da restauração, aquilo que temos considerado é que, por cada refeição de pratos típicos, num dos restaurantes aderentes, a partir de duas pessoas, o restaurante entrega um voucher no valor de 20,00€ para descontar numa próxima refeição, sendo que essa próxima refeição terá que ser utilizada até ao dia 30 de Junho de 2021; aquilo que entretanto estivemos a verificar e que nos parece razoável, não estamos a falar de pratos típicos de baquete de atum, por exemplo, e por isso devemos acautelar algum equilíbrio. Neste sentido, a proposta que queríamos acrescentar, tem a ver com esta alínea a), do ponto 1.1, do artigo 2º, com a regra do consumo destas duas pessoas de ser igual ou superior a 30,00€. Esta era a alteração que propúnhamos introduzir ao documento que foi distribuído. No caso do alojamento, aqui a proposta é de ser atribuído um voucher de 50% de desconto do valor da segunda noite de estadia; aqui a situação acaba por ser mais simples do ponto de vista da gestão e é para ser utilizado, estes vouchers do alojamento, terão que ser utilizados durante a semana gastronómica, de 3 a 13 de Junho de 2021."-----

-----Pediu a palavra o senhor vereador **Rui Silva** para dizer que "a minha intervenção não tem a ver com a situação propriamente dita; já que estamos a falar de restauração e de apoios, gostava de perguntar como é que decorreu aquele apoio que





foi dado aos restaurantes e às pessoas do serviço de distribuição de refeições? Como é que decorreu e que resultados?"-----------Usou da palavra o Senhor Presidente para referir que "já apreciámos aqui,

numa anterior reunião, o valor entregue aos taxistas, mas não tenho ideia de quantas eram as refeições; entretanto teremos que trazer aqui nova informação, lembro-me que veio cá uma vez, não me lembro do valor nem do número de refeições, mas haverá entretanto refeições que foram entregues depois dessa deliberação, e cujos valores do ponto de vista da distribuição, terão que ser aqui considerados. As coisas correram bem, acho que acabámos por ajudar um bocadinho quer o sector da restauração e também os taxistas, pois para eles também acabou por ser um serviço que veio substituir a falta de procura de outros serviços que tinham habitualmente. O feedback geral é positivo e penso que era o sentido da sua questão, temos que dividir isto em números do ponto de vista absoluto; teremos oportunidade de, numa próxima reunião, apreciar essa situação. Já agora, informar que esta semana gastronómica considera também, para além da oferta da restauração convencional, também a componente de take-away; se for solicitada para entrega em casa uma refeição de 30,00€, terá também neste periodo direito a um voucher para uma refeição num momento posterior."----------A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação -----Artigo 2º - Ponto 1 - Ponto 1.1 - Alínea a) Por cada refeição de pratos típicos num

técnica INF/DDES/49/2021, aprovar as Normas de Participação e Funcionamento da "Semana Gastronómica: Sabores de Cá - 3 a 13 de Junho de 2021", com as alterações propostas, a saber:-----

dos restaurantes aderentes à presente iniciativa, a partir de duas pessoas e consumo igual ou superior a 30,00€, é, pelo restaurante, entregue um voucher no valor de 20,00€, para descontar numa próxima refeição.----------Artigo 5º - Ponto 3 - Os vouchers são numerados. Ao entregar os vouchers, os aderentes devem fazê-los acompanhar da factura da estabelecimentos refeição/estadia na qual foi descontado o valor em causa, com a inserção do número

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-----

de voucher correspondente na factura.----

-----SEXTO: Apreciação e votação da proposta do Projecto de Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha.

-----Presente o Projecto do Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----Presente ainda a informação técnica INF/DAGF/124/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Considerando:------





• que a Câmara Municipal de Arganil, em reunião ordinária realizada em 13 de outubro de 2020, deliberou, no uso da competência conferida pela alínea k) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, aprovar a abertura do procedimento de elaboração do "Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha";------• que, cumprindo o estabelecido no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, o início do procedimento de revisão do mencionado Regulamento foi publicitado, no dia 21 de outubro de 2020, no sítio institucional do Município de Arganil, indicando a forma como se podia processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do projeto de regulamento;------• que, decorrido este prazo, não foram registadas inscrições de interessados nem apresentados contributos para a elaboração do citado projeto de regulamento;----- que o presente projeto de regulamento foi elaborado tendo em conta as obrigações decorrentes da decisão de aprovação tomada pela Comissão Diretiva do Centro 2020 no âmbito da candidatura "CENTRO-02-0853-FEDER-000031 -Ampliação do Pólo Industrial da Relvinha Oeste e Qualificação do Pólo Industrial da Relvinha Este",-----------Submeto à consideração de V. Exa. a apresentação de proposta à Câmara Municipal, no sentido de, ao abrigo da competência prevista na alínea k) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, na sua atual redação, deliberar submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal o projeto do "Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha", no uso da competência que lhe é conferida pela alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.----------Anexa-se o projeto do "Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial da Relvinha".----------À Consideração Superior,------

------Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luis Paulo Costa, datado de 09.04.2021: "À Reunião de Câmara".-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** para referir que "como deverão recordarse, nós assumimos um conjunto de compromissos no âmbito da candidatura, particularmente com o programa que financia a intervenção, o Centro 2020; há um conjunto de objectivos que teremos de cumprir, quer do ponto de vista do impacto que o investimento público tem sobre o investimento privado, e importa que este efeito multiplicador aconteça e seja tão elevado quanto possível, naturalmente que o impacto ao nível dos postos de trabalho também é significativo, também nos interessa captar empresas com mais inovação tecnológica, e com isso também emprego mais qualificado, e ao mesmo tempo, como é óbvio, não pretendemos projectos nem investidores que venham comprar um lote de terreno para ele ficar vazio. Partindo deste pressuposto, houve uma fase processual que cumprimos, nós não queríamos trazer um regulamento que não fosse sancionado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e a proposta que aqui trazemos resultou também do parecer da CCDRC, que fez algumas sugestões, alguns contributos, que vieram melhorar este Regulamento. Há desde logo aqui um princípio que é um princípio de base e que faz todo o sentido; aquilo que está estabelecido no Regulamento do Aviso é que a disponibilização destes lotes deve ser transparente, deve ser publicitada, é tudo



aquilo com que concordamos, tem de ser feito por hasta pública, e significa que podemos ter, em teoria, dois, três, 20 empreendedores a tentar comprar o mesmo lote, era bom que isso acontecesse; ao mesmo tempo entendemos que era uma oportunidade nesta matéria das hastas públicas para darmos um passo tecnológico e aquele modelo que ainda se vem a utilizar, das hastas públicas, de propostas em carta fechada, para depois um júri abrir num determinado dia, isso já não faz sentido, num momento em que processos muito mais complexos, como são os da contratação pública, já tramitam integralmente em plataformas de compras públicas e aquilo que estamos também a acautelar é que este processo seja todo ele tratado numa plataforma pública, será uma das plataformas de compras públicas que criará um módulo para estas hastas públicas dos lotes da Relvinha. Referir ainda que há depois, num momento posterior, este Regulamento tem critérios gerais, nomeadamente critérios de atribuição de lotes, que consideram para além do preço proposto, a qualidade global do projecto empresarial, e como é óbvio, cada um destes parâmetros tem que ser quantificado. Nós submetemos esta proposta de Regulamento à CCDRC, bem como a proposta de parâmetros que pretendemos que sejam também apreciados aqui em sede de reunião de Câmara e aquilo que está definido é que esses parâmetros, também como resulta deste Regulamento, serão competência própria da Câmara; isto significa que nesta fase apreciaremos esta proposta de Regulamento, que será submetida à Assembleia Municipal, e depois de aprovado pela Assembleia Municipal, teremos condições para apreciar essa proposta de critérios e de parâmetros que vão mensurar particularmente a forma de avaliação das candidaturas. Há um conjunto de regras que são aqui estipuladas e que são fixadas, para tentar evitar a especulação em volta destes lotes, pois como disse há pouco, aquilo que pretendemos todos é que os lotes sejam rapidamente vendidos mas que também rapidamente quem os compre concretize os seus investimentos, e crie riqueza do ponto d vista da instalação de novas empresas e nesse sentido consideramos aqui um conjunto de regras que nos parecem suficientemente robustas para fazer com que quem compra os lotes também cumpra com as suas obrigações. Depois de ler isto várias vezes e depois de comparar com outras soluções que via noutros municípios, tenho aqui, relativamente ao artigo 25º, uma sugestão de inserção de um ponto 3, que tem a ver com a reversão dos lotes, quando os compradores não avançam com um projecto de investimento, com a seguinte conteúdo: "para efeitos do disposto no presente artigo, fica reconhecido ao Município de Arganil o privilégio à execução imediata". O que se pretende com isto é que o processo de reversão, num caso que corre menos bem, seja mais ágil e não aconteça aquilo que temos sofrido nalguns processos das outras Zonas Industriais."-----

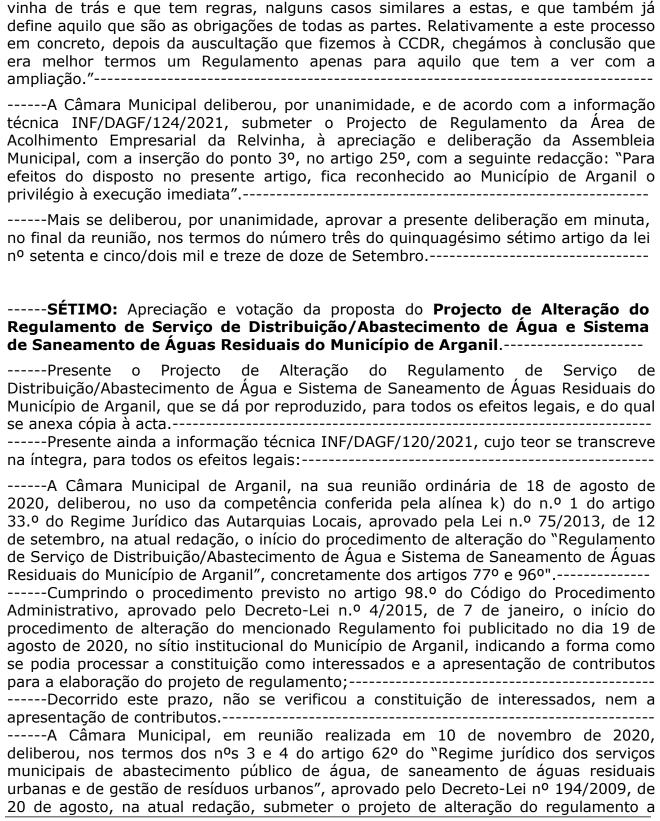
-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** para referir que " a Salsicharia Soares & Damião é um bom exemplo do que acontece quando as questões, do ponto de vista jurídico e processual, não são devidamente acauteladas; recordo que em determinado



momento a Inspeção Geral de Finanças, que é actualmente a estrutura que agregou também a extinta, por integração, Inspeção Geral das Autarquias Locais, em tempos fez uma auditoria, no âmbito das auditorias ordinárias, e pegou naquele processo e isso teve duas consequências; uma delas teve a ver com a declaração de nulidade do loteamento, que tinha sido aprovado, e esse processo ainda no mandato anterior, foi todo ele retomado para o conformar com as regras que a IGF tinha sinalizado, e esse processo ficou devidamente regularizado. Ao mesmo tempo, a IGF também quantificou aquele que já tinha sido o investimento público efectuado por conta do lote da Salsicharia Soares & Damião, sem ter tido qualquer contra-partida para o concelho, do ponto de vista do investimento e aquilo que eles na altura determinaram foi que o município deveria avançar com a reversão do lote. Depois aconteceu algo que não devia ter acontecido, conforme já vinha a ser prática há algum tempo na escritura de compra e venda do lote, estava estipulada a conversão, ou seja, se o investimento não fosse concretizado no prazo definido, a reversão seria operada, mas há uma circunstância que tem a ver com a segurança jurídica, que estas regras são válidas quando são objecto de registo na Conservatória; pese embora esta circunstância estivesse prevista na Escritura, o que é certo é que o registo do direito da reversão não foi concretizado no Registo Predial. Resultou desta circunstância que, quando o município foi atrás do prejuízo, na sequência desta determinação da IGF, já o lote estava onerado com uma hipoteca legal da Segurança Social. É certo que depois disso ainda fizemos o registo da reversão e isto já nos deixou numa situação mais fragilizada. Isto depois deu lugar a um processo judicial, que teve uma sentença, deve estar quase a fazer um ano, em que foi operada a reversão do lote para o município, sendo que nessa mesma sentença ficou definido um prazo de cerca de 18 meses, que deverão terminar agora em Junho ou Julho; até essa data a Salsicharia Soares & Damião pode ainda vir apresentar um projecto sólido, concreto, e com garantia que vai acontecer. Se isso se verificar, o município concede em passar novamente a propriedade do lote para a Salsicharia Soares & Damião, mas se isso não acontecer, coloca-nos na situação de fazermos o pagamento do lote, nos termos em que foram fixados na sentença, que considera o valor do terreno, aquele que o município tinha recebido pela venda, e depois um valor relacionado com as terraplanagens que foram ali efectuadas. O ponto da situação neste momento é este, até Junho ou Julho, ou é apresentado um projecto concreto, sólido, que nem tem que ser pela Salsicharia Soares & Damião, pois ele pode trazer um investidor que nos dê garantias de que as coisas vão acontecer, e o município coloca-se nessa posição de entregar o lote ou, caso contrário, ficamos com um lote novo e com uma estrutura que todos nos têm dito que não serve para muita coisa, serviria para uma salsicharia.----------Relativamente à questão, e compreendo o apontamento que fez, do loteamento que considera a Pinewells, a Soares & Damião, e o lote nº 3, que está no tardoz, que entretanto foi também objecto de constituição, aquilo que percebemos também, da articulação com a CCDR, foi que, por via daquilo que tem a ver com as obrigações relacionadas com a candidatura para a ampliação, iria criar confusão, fazermos a integração daquilo que já existe neste Regulamento, mas compreendo a sua preocupação. Neste Regulamento estamos a assumir questões relacionadas com a manutenção do espaço público, com a conservação, com a limpeza que também tem a ver com a primeira fase do loteamento, mas também com a Relvinha Este, e se calhar,



provavelmente, vamos ter que fazer uma actualização do outro documento que já



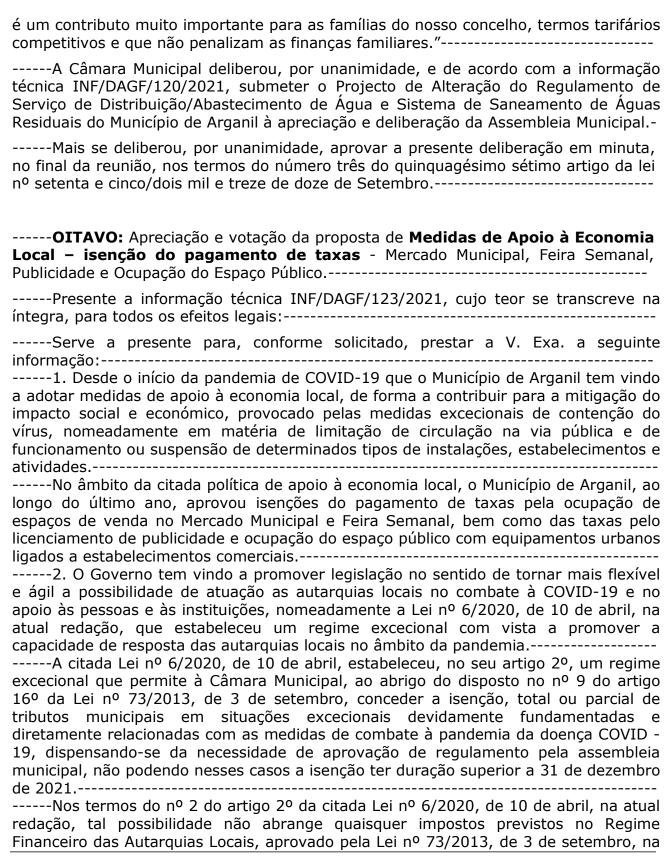


consulta pública pelo período de trinta dias úteis e à apreciação da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), para emissão do respetivo parecer,----------Decorrido o prazo de consulta pública, não foi apresentada qualquer sugestão relativa ao projeto de alteração do regulamento.----------A ERSAR, através de comunicação emitida em 25 do passado mês de março, emitiu parecer favorável, com recomendação de revisão do documento no sentido de incluir e atender a seguinte sugestão relativa ao tarifário para famílias numerosas: "Por forma a clarificar os utilizadores que se encontrem na situação de potenciais beneficiários do tarifário para famílias numerosas, recomenda-se que sejam incluídas no presente artigo as regras de acesso ao tarifário em questão, nomeadamente em termos de discriminação de documentos a anexar ao pedido, de prazos a cumprir, e/ou outros que a entidade gestora entenda incluir". A citada recomendação foi considerada no projeto de alteração do regulamento através dos pontos 3 e 4 do artigo 96º.----------Em conformidade com o atrás exposto, submeto à consideração de V. Exa. a apresentação de proposta à Câmara Municipal, no sentido de, ao abrigo da competência prevista na alínea k) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, na sua atual redação, deliberar submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal o projeto de alteração ao "Regulamento de Servico de Distribuição/Abastecimento de Água e Sistema de Saneamento de Águas Residuais do Município de Arganil", no uso da competência que lhe é conferida pela alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.----projeto de Alteração do "Regulamento do Serviço de -----Anexa-se o Distribuição/Abastecimento de Água e Sistema de Saneamento de Águas Residuais do Município de Arganil".----------À Consideração Superior,-----

------Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luis Paulo Costa, datado de 09.04.2021: "À Reunião de Câmara".-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** para explicar que "este é um processo que já dura há algum tempo, que mereceu entretanto o parecer da ERSAR, e que nos vem aqui concretizar genericamente duas situações; por um lado, a questão dos parâmetros relacionados com o afluente e, ao mesmo tempo, a clarificação das regras relacionadas com a documentação para benefício do tarifário para famílias numerosas. Aproveitar para informar também, até porque é assunto que tem estado na ordem do dia, que foi recentemente publicado um estudo da DECO, que vem confirmar aquilo que vimos a dizer, e refiro-me em concreto à competitividade que têm os nossos tarifários deste sector, o abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos. De acordo com este estudo, para um consumo de 120 metros cúbicos/ano, 10 metros cúbicos/mês, estamos praticamente empatados com Cantanhede, com uma diferença de um euro, naquilo que é o tarifário mais baixo, de toda a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra; naquilo que tem a ver com o consumo médio de 5 metros cúbicos/mês, o nosso tarifário é o mais económico de toda a Comunidade Intermunicipal; quando passamos para o consumo do terceiro patamar, de 15m3/mês, o tarifário de Cantanhede é o mais competitivo. Aquilo que quero sublinhar é que este

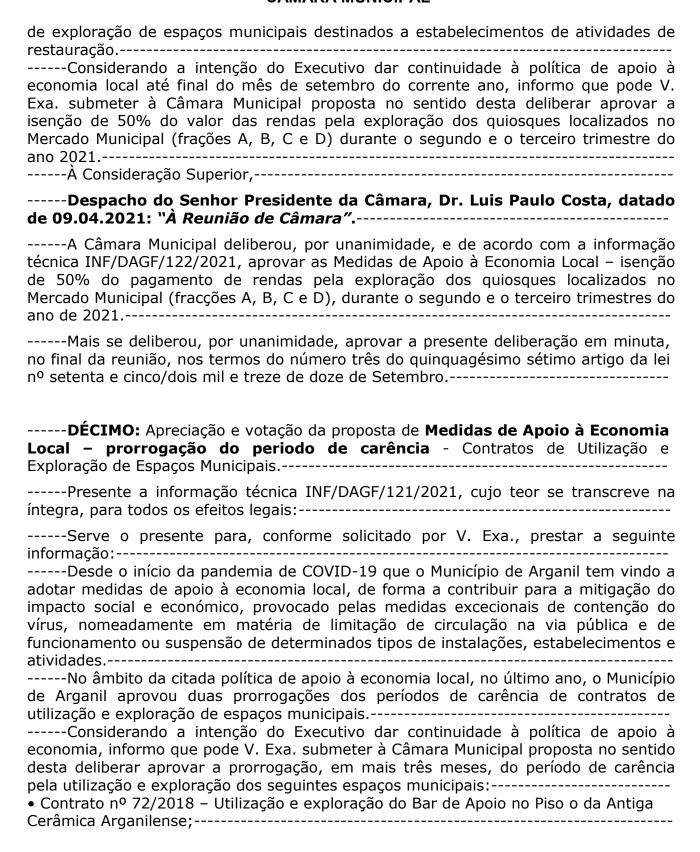






sua redação atual, pelo que as referidas isenções só poderão incidir sobre o produto da cobrança de taxas, conforme o disposto na alínea f) do artigo 14º e artigo 20º, ambos da citada Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação.---------As isenções concedidas ao abrigo desta disposição legal devem, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 2º da citada Lei nº 6/2020, de 10 de abril, na atual redação, ser comunicadas ao órgão deliberativo no prazo de 48 horas sobre a sua prática.----------Em conformidade com o atrás exposto e considerando a intenção do Executivo dar continuidade à política de apoio à economia local até final do mês de setembro do corrente ano, informo que pode V. Exa. submeter à Câmara Municipal proposta no sentido de, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 2º da Lei nº 6/2020, de 10 de abril, na atual redação, aprovar a isenção do pagamento das taxas relativas ao licenciamento de publicidade, ocupação do espaço público, mercados e feiras devidas durante o segundo e o terceiro trimestre do ano 2021 (com exceção das situações cujos pagamentos se encontrem por regularizar), devendo, em caso de aprovação, ser comunicada ao órgão deliberativo, no prazo estipulado no nº 3 do citado artigo 2º da Lei nº 6/2020, de 10 de abril, na atual redação.----------À Consideração Superior,----------- Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luis Paulo Costa, datado de 09.04.2021: "À Reunião de Câmara".----------A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/123/2021, aprovar as Medidas de Apoio à Economia Local - isenção do pagamento de taxas - Mercado Municipal, Feira Semanal, Publicidade e Ocupação do Espaço Público, durante o segundo e o terceiro trimestres de 2021 (com excepção das situações cujos pagamentos se encontrem por regularizar).----------Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.----------NONO: Apreciação e votação da proposta de Medidas de Apoio à Economia Local - isenção parcial do pagamento de rendas - Exploração de espaços municipais destinados a estabelecimentos de actividades de restauração.----------Presente a informação técnica INF/DAGF/122/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:----------Serve a presente para, conforme solicitado, prestar a V. Exa. a seguinte informação:----------Desde o início da pandemia de COVID-19 que o Município de Arganil tem vindo a adotar medidas de apoio à economia local, de forma a contribuir para a mitigação do impacto social e económico, provocado pelas medidas excecionais de contenção do vírus, nomeadamente em matéria de limitação de circulação na via pública e de funcionamento ou suspensão de determinados tipos de instalações, estabelecimentos e atividades.----------No âmbito da citada política de apoio à economia local, no ano transato, o Município de Arganil aprovou isenções do pagamento derendas relativas aos contratos







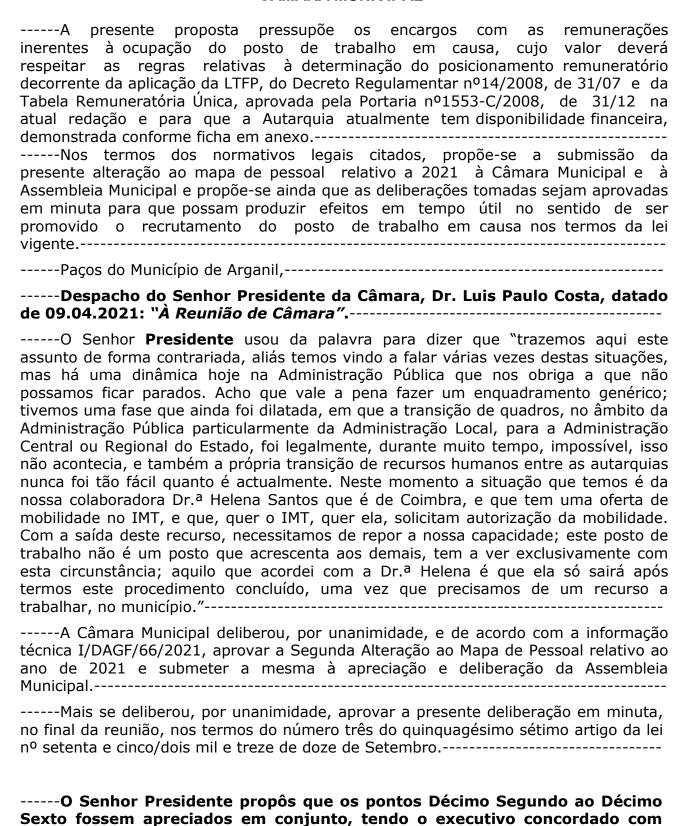
Paço – ArganilÀ Consideração Superior,
Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luis Paulo Costa, datado de 09.04.2021: "À Reunião de Câmara"
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação técnica INF/DAGF/121/2021, aprovar as Medidas de Apoio à Economia Local prorrogação do periodo de carência, em três meses, dos Contratos de Utilização e Exploração de Espaços Municipais (contrato nº 72/2018 – Bar de apoio do piso 0 da Cerâmica Arganilense e contrato nº 13/2019 – cafetaria e velocípedes no Sub-Paço, Arganil)
Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro
DÉCIMO PRIMEIRO: Apreciação e votação da proposta da Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal relativo ao ano de 2021
Presente a proposta de alteração ao Mapa de Pessoal, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:
Proposta de alteração ao mapa de pessoal relativo ao ano de 2021
Em conformidade com os artigos 28°, 29°, 30° e 31° da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei nº35/2014, de 20/06 na sua atual redação (adiante LTFP) foi aprovado pela Assembleia Municipal, na sua sessão de 05/12/2020 e sob proposta da Câmara Municipal aprovada na sua reunião de 25/11/2020, o mapa de pessoal do Município de Arganil relativo ao ano de 2021 em que consta a indicação dos postos de trabalho que a Autarquia carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, de natureza permanente e temporária
Não obstante a gestão de recursos humanos é por natureza contingencial e não linear dependendo de múltiplos fatores em constante mutação, nomeadamente dos recursos financeiros e materiais, da formação, da tecnologia, dos incentivos e da motivação dos trabalhadores, da sua rotação, para além da possibilidade de serem atribuídas novas competências aos Municípios ou de serem promovidos
novos projetos e iniciativas municipais



-----Neste sentido, foi aprovada a primeira alteração ao documento em causa na sessão da Assembleia Municipal de 27/02/2021, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião da Câmara Municipal de 23/02/2021.----------Atentos aos fundamentos anteriores e efetuando um diagnóstico atualizado das necessidades de recursos humanos existentes, nomeadamente considerando que o serviço do Contencioso da Divisão de Administração Geral e Financeira dos serviços municipais, tem sofrido um índice de rotação de pessoal técnico superior ao desejável que ao longo do tempo afetou o normal funcionamento desse, bem como diminuiu a capacidade de resposta às solicitações processuais encetadas pelos munícipes, comprometendo a eficiência e eficácia na prestação dos serviços nesta área à população e aos serviços internos municipais;----------Tendo em conta que, no mapa de pessoal relativo ao ano corrente foram previstos os postos de trabalho considerados necessários para assegurar as atribuições dos serviços em causa mas que, face aos fundamentos já mencionados e às supervenientes e imprevisíveis ausências temporárias para o trabalho de determinados trabalhadores afetos à área bem como à saída de outros por mobilidade, existem por garantir as análises e informações técnicas e processuais, nas diversas especialidades de direito;----------Considerando que o serviço em causa, pelas responsabilidades e atribuições que lhe estão cometidas na organização municipal, representa preponderância no seio da prossecução global do interesse público pela Autarquia, pela relação direta que as suas atribuições detêm com o cumprimento do princípio da legalidade na prestação de serviços junto dos munícipes e no funcionamento da própria organização municipal,--------No sentido de satisfazer as necessidades identificadas anteriormente, que considero razões bastantes a favor da conveniência para o interesse público e no uso da competência na área da gestão de recursos humanos prevista na al. a) do nº2 do artº35º da Lei nº75/2013, de 12/09 na sua atual redação e nos termos do artº29º da LTFP,----------Propõe-se que o mapa de pessoal relativo ao ano corrente seja alterado, concretamente que seja previsto o aditamento necessário para o recrutamento do seguinte posto de trabalho que prossegue atividades consideradas imprescindíveis para a prossecução dos objetivos municipais, cujo grau de complexidade se encontra tipificado no anexo ao nº2 do artº88º da LTFP e afetação de acordo com o Regulamento de organização dos serviços municipais:-----

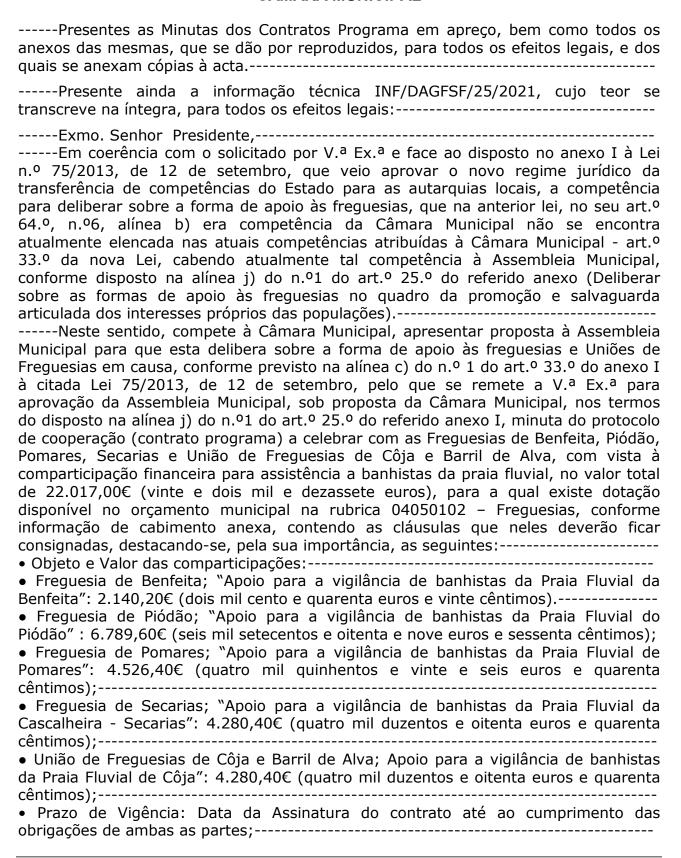
Unidade orgânica dos serviços municipais	Atividades	N° de postos de trabalho não ocupados e a recrutar	Carreira e Categoria	formação académica e ou	Modalidade de Vínculo de Emprego Público
Divisão de Administraçã o Geral e Financeira	Contencioso	1	Técnico Superior	Direito	CTFP por tempo indeterminado





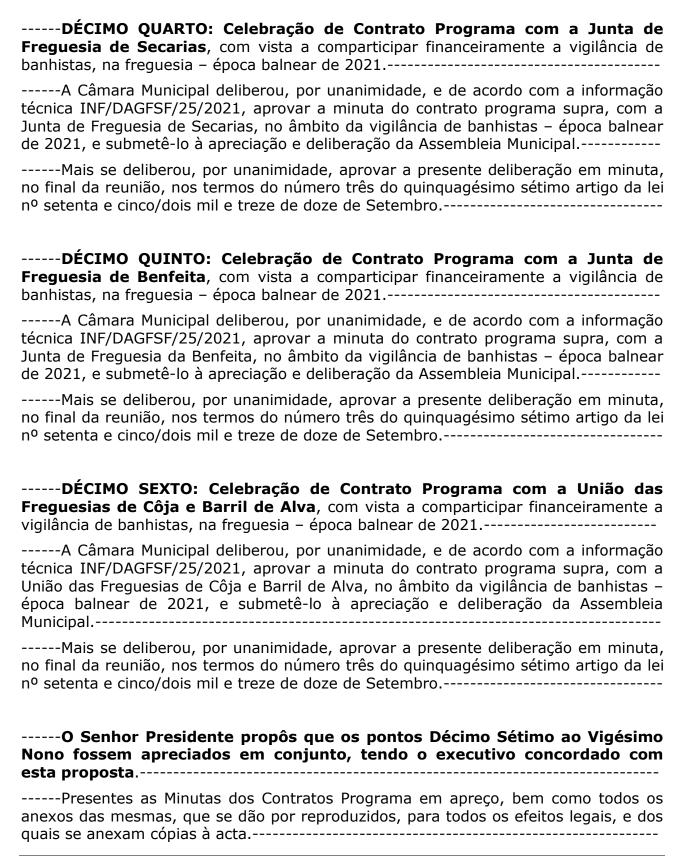
esta proposta.-----











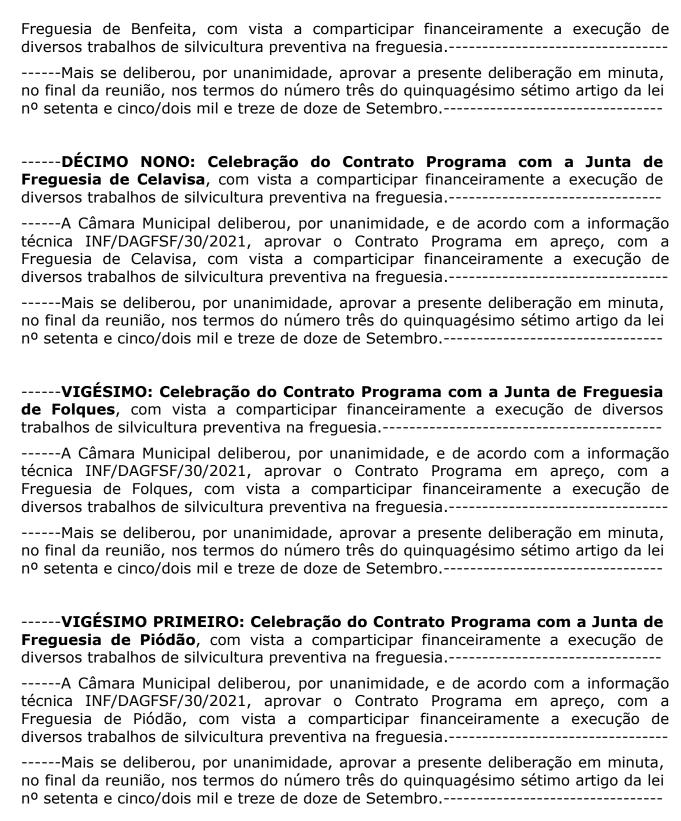


-----Presente ainda a informação técnica INF/DAGFSF/30/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:----------Exmo. Senhor Presidente,----------Em coerência com o solicitado por V.ª Ex.ª e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).----------Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias, Uniões de freguesias e Associação de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.ª Ex.ª para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, minuta dos protocolos de cooperação (contratos programa) a celebrar com as Freguesias de Arganil, Benfeita, Celavisa, Folques, Piódão, Pomares, Sarzedo, Secarias, São Martinho da Cortiça, União de Freguesias de Cepos e Teixeira; Cerdeira e Moura da Serra; Côja e Barril de Alva e Vila Cova de Alva e Anceriz, com vista à comparticipação financeira na execução de diversos trabalhos de silvicultura, no valor total de 44.352,00€.----------Objeto e Valor das comparticipações:----------Freguesia de Arganil: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 6.036,00€ (seis mil e trinta e seis euros);----------Freguesia de Benfeita: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 3.564,00€ (três mil quinhentos e sessenta e quatro euros);-----------Freguesia de Celavisa: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 792,00€ (setecentos e noventa e dois euros);----------Freguesia de Folgues: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 3.000,00€ (três mil euros);----------Freguesia de Piódão: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 5.028,00€ (cinco mil e vinte e oito euros);----------Freguesia de Pomares: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 4.884,00€ (quatro mil oitocentos e oitenta e quatro euros);-----------Frequesia de Sarzedo: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 1.776,00€ (mil setecentos e setenta e seis euros);----------Frequesia de Secarias: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 648,00€ (seiscentos e quarenta e oito euros);----------Freguesia de São Martinho da Cortiça: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 3.492,00€ (três mil quatrocentos e noventa e dois euros);---------União de Freguesias de Cepos e Teixeira: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 5.388,00€ (cinco mil trezentos e oitenta e oito euros);-----------União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 4.116,00€ (quatro mil cento e dezasseis euros);

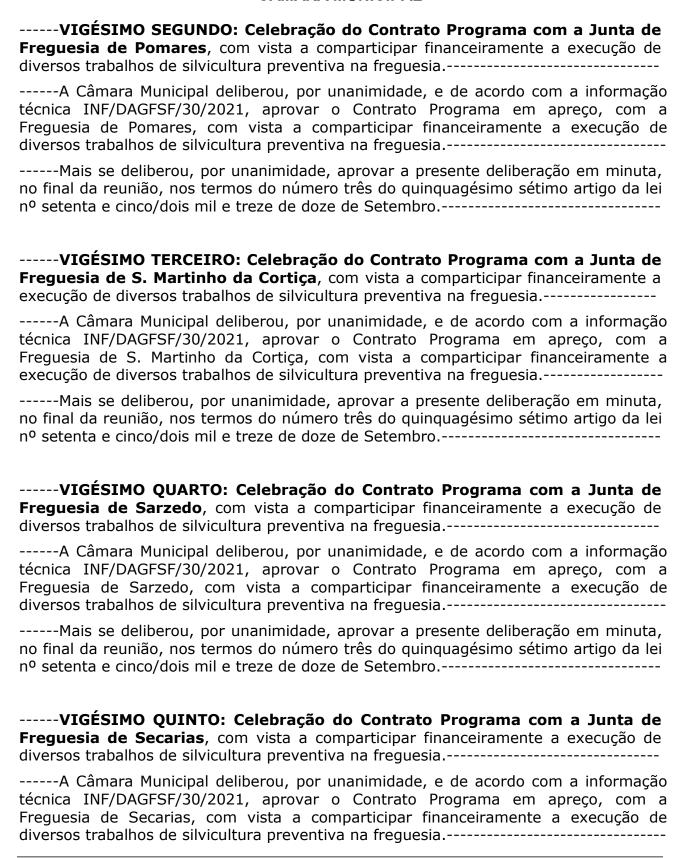


União de Freguesias de Côja e Barril de Alva: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 4.152,00€ (quatro mil cento e cinquenta e dois euros);
Prazo de Vigência: Data da Assinatura dos contratos até ao cumprimento das
obrigações de ambas as partes;Pagamento: O pagamento da verba prevista no ponto anterior será efetuado até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato;
Incumprimento: A falta de cumprimento dos contratos implica a devolução dos
montantes atribuídos;
À Consideração Superior,
Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luis Paulo Costa, datado
de 12.04.2021: "À Reunião de Câmara"
O Senhor Presidente explicou que "trata-se da limpeza das bermas junto às estradas principais, estradas pavimentadas; é um processo similar ao do ano anterior. Todas as freguesas estão aqui consideradas, com excepção da freguesia de Pombeiro da Beira, que pretende que seja o município a assegurar directamente esses trabalhos."
DÉCIMO SÉTIMO: Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Arganil, com vista a comparticipar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação técnica INF/DAGFSF/30/2021, aprovar o Contrato Programa em apreço, com a Freguesia de Arganil, com vista a comparticipar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia
Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro
DÉCIMO OITAVO: Celebração do Contrato Programa com a Junta de Freguesia de Benfeita, com vista a comparticipar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação

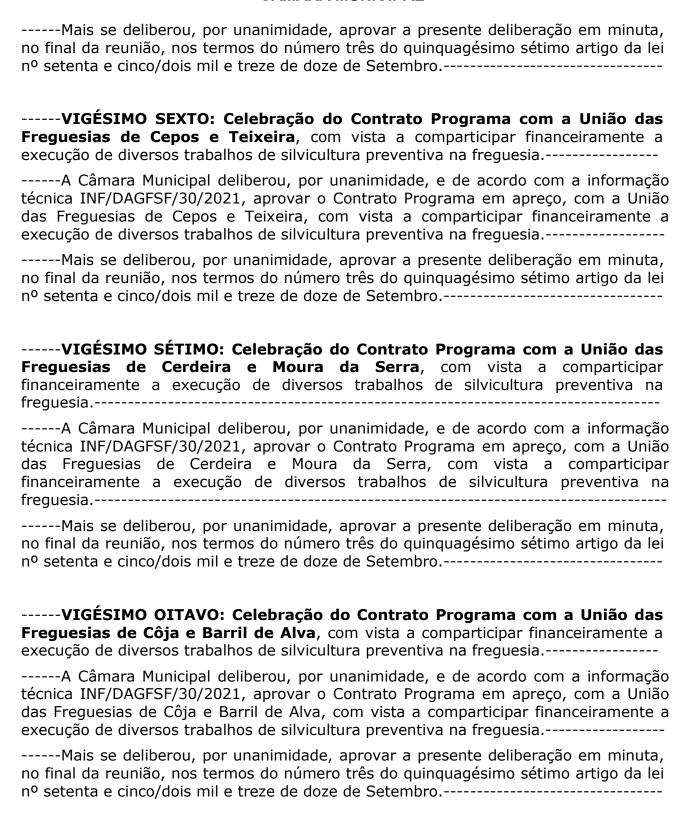




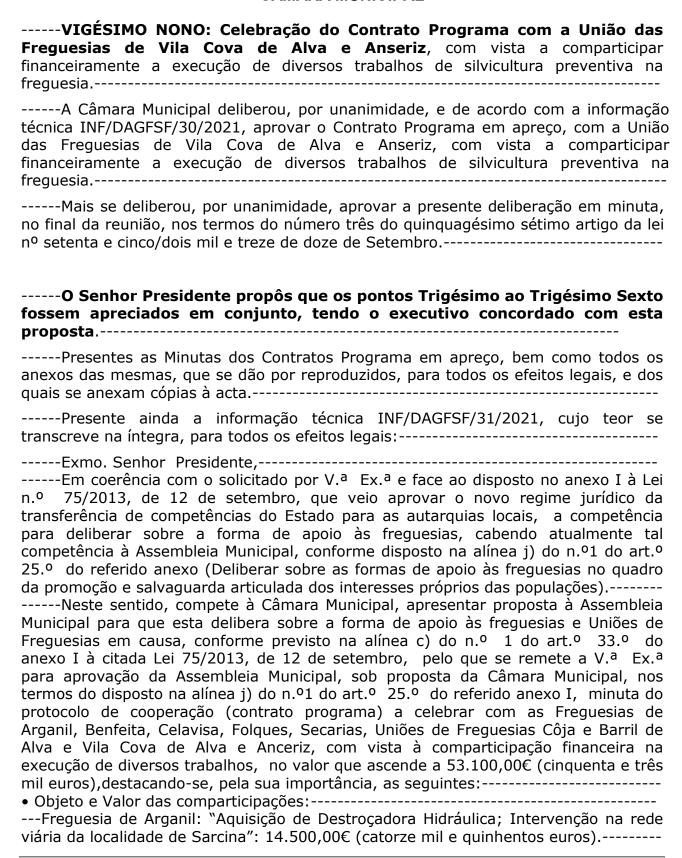








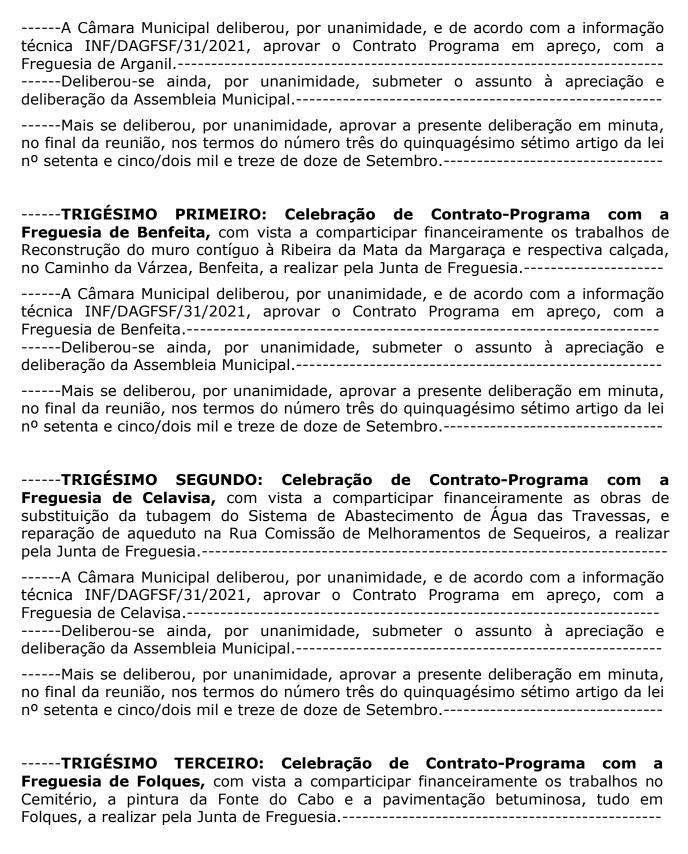




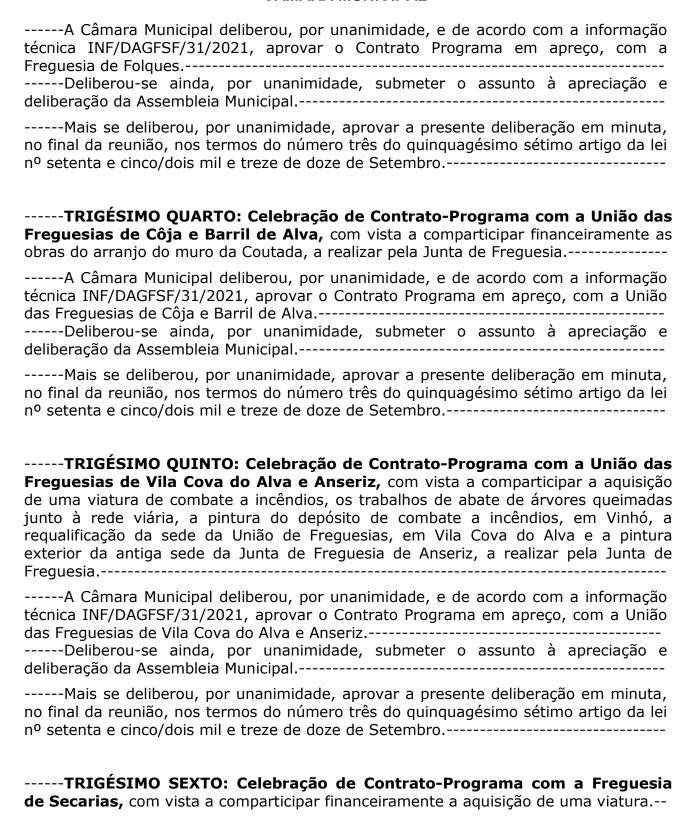


Freguesia de Benfeita: "Reconstrução do muro contíguo à ribeira e respetiva calçada no Caminho da Várzea - Benfeita": 10.000,00€ (dez mil euros)
água das Travessas; Reparação de aqueduto na Rua Comissão de Melhoramentos de Sequeiros -Celavisa": 5.000,00€ (cinco mil euros)
Cabo em Folques; Pavimentação Betuminosa em Folques": 6.000,00€ (seis mil euros)
Freguesia de Secarias: "Aquisição de viatura Ligeira de mercadorias Nissan Cabstar": 5.000,00€ (cinco mil euros)
União de Freguesias de Côja e Barril de Alva: "Arranjo do muro da Coutada": 4.600,00€ (quatro mil e seiscentos euros)
União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anceriz: "Aquisição de viatura de combate a incêndios; Abate de árvores queimadas junto à rede viária; Pintura de depósito de combate a incêndios em Vinhó; Requalificação da sede da União de Freguesias em Vila Cova de Alva e pintura exterior da sede da antiga Junta de Freguesia em Anceriz.": 8.000,00€ (oito mil euros)
• Prazo de Vigência:Data da Assinatura do contrato até ao cumprimento das obrigações de ambas as
• Pagamento:
O pagamento do apoio para a aquisição de viaturas será efetuado em uma só prestação, mediante apresentação da documentação comprovativa da realização da despesa
O pagamento do apoio à execução dos diversos trabalhos será efetuado em duas Prestações: 1.ª Prestação, no valor de 50%, até 30 (trinta) dias após a assinatura dos contratos e a 2.ª Prestação, no valor de 50%, aquando o cumprimento total do objeto dos contratos e apresentação da documentação comprovativa da realização da despesa
• Prazo de cumprimento: -até ao final de 2021
• Incumprimento:A falta de cumprimento dos contratos implica a devolução dos montantes atribuídos;
• Acompanhamento e controlo:
Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luis Paulo Costa, datado de 12.04.2021: "À Reunião de Câmara"
TRIGÉSIMO: Celebração de Contrato-Programa com a Freguesia de Arganil, com vista a comparticipar financeiramente a aquisição de Destroçadora Hidráulica, a realizar pela Junta de Freguesia

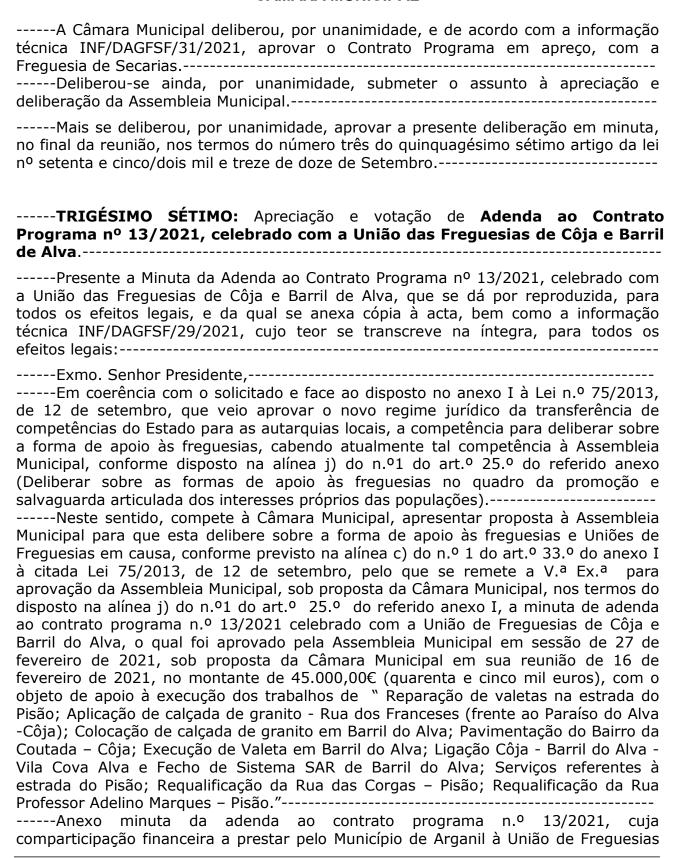




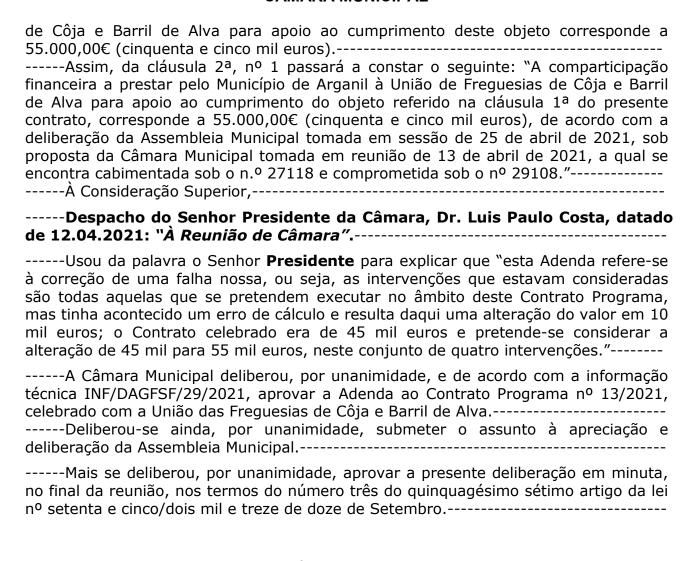












Capítulo Segundo

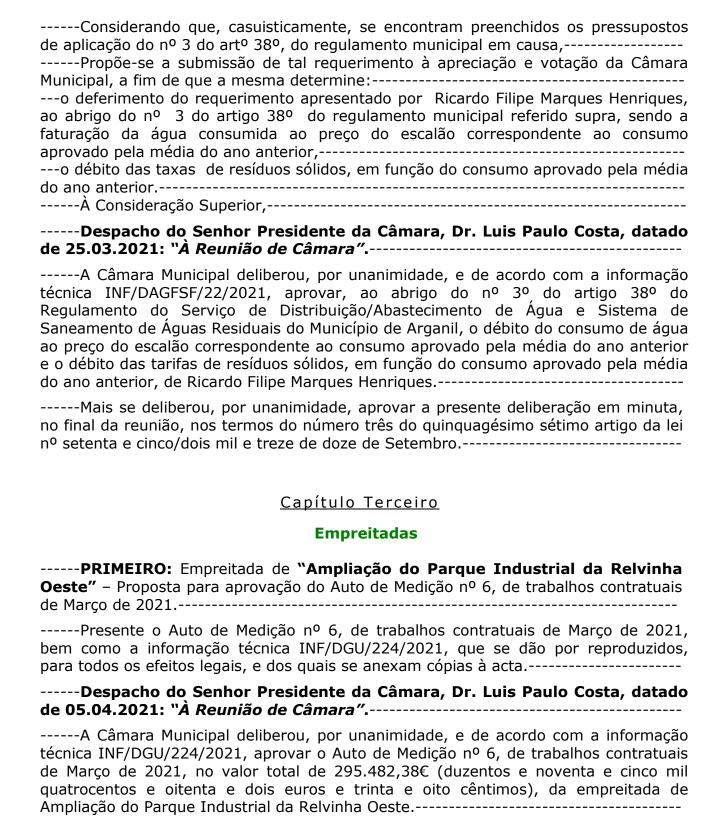
Expediente

PRIMEIRO: De Ricardo Filipe Marques Henriques, residente na Valbona, freguesia de Arganil, a requerer ao abrigo do nº 3º do artigo 38º do Regulamento do Serviço de Distribuição/Abastecimento de Água e Sistema de Saneamento de Águas Residuais do Município de Arganil o débito do consumo de água ao preço do escalão correspondente ao consumo aprovado pela média do ano anterior e o débito das tarifas de resíduos sólidos, em função do consumo aprovado pela média do ano anterior
Presente a informação técnica INF/DAGFSF/22/2021, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:
Dispõe o artigo 38º do Regulamento de Serviço de Distribuição/Abastecimento de Água e Sistema de Saneamento de Águas Residuais do Município de Arganil, o seguinte:



1) Os utilizadores são responsáveis por todo o gasto de água em fugas ou perdas nas canalizações de distribuição interior e dispositivos de utilização
rede predial ou nos dispositivos de utilização, deve ser promovida a reparação pelos responsáveis pela sua conservação
3) A requerimento do interessado, no prazo de trinta dias (30 dias) a contar da data da faturação em causa, o excesso de consumo de água, desde que expressamente deferido pela Câmara Municipal, decorrente de rotura, é debitado ao
preço do escalão correspondente ao consumo aprovado pela média do ano anterior, sendo que as condições de deferimento apresentado serão cumulativamente:
consumidor;
c) Existência de excesso de consumo em face dos consumos médios do consumidor4) Nos termos do artigo anterior, nos casos em que se confirme que a água em
excesso não entrou na rede de saneamento, o consumidor deverá pagar as tarifas de saneamento e de resíduos sólidos, em função do consumo apurado nos termos do arto do presente Regulamento; porém, nos casos em que se confirme que essa água
entrou na rede se saneamento, o consumidor deverá pagar as respetivas tarifas de saneamento em função do consumo efetivo, ficando o pagamento das tarifas de
resíduos sólidos dependente do consumo apurado naqueles termos
pagamento da correspondente tarifa, poderão os serviços municipais prestar serviço de apoio na deteção de avarias nos sistemas de canalização de distribuição interior
Foi entretanto rececionado neste Município, um requerimento apresentado ao abrigo do artigo 38º nº 3 do Regulamento Municipal supra referido
Assim, considerando os pressupostos de aplicação daquele normativo, bem como o preenchimento dos mesmos, face à situação em concreto em causa, importa dar
seguimento a tal requerimento. Vejamos:Requerimento apresentado por Ricardo Filipe Marques Henriques (consumidor 62/2570) – Cfr. SA/99/2021): o requerente solicita o recálculo das faturas de
novembro, dezembro e janeiro/2021. Verificou-se que:
SA/99/2021), conforme é comprovado pela declaração emitida pelo técnico, a qual se
anexa ao processo;
tubo PEAD TERMOAQUA, que se encontrava enterrado e de difícil deteção;
SA/99/2021), e que na zona não existe rede de saneamento;
d) o consumidor afirmou que existiu um excesso de consumo, sendo o mesmo comprovado com a média do consumidor na conta corrente do SGA (o consumidor reclama um consumo lido de 277m3 sendo a média de todos os consumos de 27m3).
Considerando que, ao abrigo do artigo 3º da Lei dos Serviços Públicos Essenciais,
"o prestador do serviço deve proceder de boa-fé e em conformidade com os ditames que decorrem da natureza pública do serviço, tendo igualmente em conta a
importância dos interesses dos utentes que se pretende proteger",







-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-----

Capítulo Sexto

Comunicações da Presidência

O Senhor Presider	ite deu conhecimento de	o seguinte:	
1 – Alteração nº 4	ao Orçamento e altera	ção nº 4 às GOP de 2	.021
A Câmara Municip	al tomou conhecimento		
	ENCERRA	MENTO	
			I
quando eram dez hora presente acta que eu	ndo a tratar, o Senhor F as e quarenta e cinco , Odete Fernandes re	minutos, e para co digi e vou assinar,	onstar se lavrou a
			_